

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA PRÁTICA DE SENTENÇA CÍVEL TARDE

JUIZ SUBSTITUTO



SUA PROVA

 Além deste caderno contendo 1 (uma) questão discursiva (prova prática de sentença cível), você receberá do fiscal de prova as folhas de textos definitivos.



TEMPO

- Você dispõe de 5 (cinco) horas para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e folhas de textos definitivos;
- 3 (três) horas após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos 30 (trinta) minutos anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) nas folhas de textos definitivos:
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões.
 Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as transcrições realizadas nas folhas de textos definitivos:
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- Boa sorte!



Prova Prática de Sentença Cível

Carolina Alves, nesse ato representada por sua filha, Bárbara Alves, ajuizou querela *nullitatis* em face do condomínio do *Edifício Morar Bem* e de Pedro Porto.

Aduz que, em 2016, fora citada em processo judicial que culminou na penhora e alienação de seu único imóvel e bem de família em decorrência de débitos condominiais com o primeiro réu. Nesse sentido, a representante legal da autora narrou que recebeu o Oficial de Justiça ao lado de sua mãe que, apesar de não ser, àquela época, curatelada, já exibia sinais de comprometimento cognitivo. Afirmou, então, que notou que o Auxiliar de Justiça constatou os evidentes sinais de declínio mental de sua mãe; mesmo assim, ele não procedeu com rigor ao disposto no Art. 245 do Código de Processo Civil e a deu por citada. A cobrança, então, seguiu à revelia e, ao trânsito em julgado da sentença de procedência, seguiu-se a penhora e a alienação do imóvel em favor do segundo réu, que o teria arrematado por preço vil em janeiro de 2017. Daí, alegou a nulidade absoluta daquele processo, conduzido em prejuízo ao contraditório e à ampla defesa por insuperável defeito de citação da autora que, meses depois, fora curatelada em razão do diagnóstico do Mal de Alzheimer. Assim, pleiteia, ao final, a declaração de nulidade ou de inexistência de todos os atos processuais a partir da citação viciada.

Tanto que citado, Pedro Porto contestou o feito às fls. XX com documentos. Preliminarmente, arguiu a incompetência da Primeira Vara Cível, para o qual o feito fora distribuído por dependência. Para tanto, sustentou inexistir prevenção do Juízo que processara e julgara a ação de cobrança de cotas condominiais, até porque, nos termos do Art. 55, §1º, do CPC, e do Enunciado Sumular nº 235 do Superior Tribunal de Justiça, eventual força atrativa da conexão cessa quando um dos feitos já foi julgado. De todo modo, a se entender que há competência funcional do Juízo que proferiu o ato nulo, a demanda haveria de ser proposta perante a 2º Câmara Cível, que, em apelação interposta pelo corréu nos autos originários, manteve a sentença de procedência e, com isso, substituiu o édito condenatório. Por isso, não se aplicaria o Art. 286 da mesma lei adjetiva. Suscitou, também, a falta de interesse de agir, por falta de necessidade de distribuição da demanda autônoma, quando a querela pode ser decidida por mera petição nos próprios autos. Adiante, sustentou que já transcorrera o prazo para a ação rescisória e até para a usucapião especial urbana do imóvel, de modo que o direito da autora foi atingido por caducidade. Impugnou, ainda preliminarmente, o valor atribuído à causa por mera estimativa, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), quando deveria corresponder ao lance de arrematação do imóvel, qual seja, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Quanto ao mérito propriamente dito, ponderou que a autora não agiu em boa-fé ao buscar a declaração de nulidade, nessas circunstâncias, após todo esse tempo. Esclareceu ainda que, na ação originária, foi réu Carlos Francisco, comodatário e único possuidor direto do imóvel. Assim, a citação da autora se deu por redobrada cautela, apenas na fase de cumprimento de sentença. Por fim, defendeu que, à época, como confessou a própria inicial, a autora não era curatelada, de modo que não seria aplicável o Art. 245 do CPC.

O Condomínio do Edifício Morar Bem, apesar de citado, não se manifestou.

Réplica à fl. XX, em que a autora pugnou pela decretação de revelia do primeiro réu, de modo a se presumirem verdadeiros os fatos narrados na inicial. No mais, embora não rechace as alegações de fato do segundo réu, insiste nas teses da inicial e pugna pela procedência dos pedidos.

Sobrevém, à fl. XX, manifestação do *Banco Dinheiro é Solução S.A.* em que comprova que, à época da penhora e da alienação, tinha a propriedade fiduciária do bem, de modo que ele nem sequer poderia ter sido penhorado, até porque não compunha o patrimônio da aqui autora. Sustentou, a propósito, que, à época, a autora também estava inadimplente com relação à dívida garantida por alienação fiduciária, de modo que desejava – e ainda deseja – consolidar a propriedade em seu nome.

As partes puderam se manifestar sobre essas alegações às fls. XX e XXI.

O parecer do mérito do Ministério Público à fl. XXX.

É o relatório. DECIDA.

Com base na situação proposta no enunciado, que já vale como relatório (dispensada a repetição), profira a sentença enfrentando todos os pontos, explícita e implicitamente, abordados. Ainda que entenda pelo acolhimento de alguma preliminar ou questão prejudicial, resolva todas as questões fáticas e de Direito, de maneira fundamentada e estruturada nos termos do que determina o Código de Processo Civil.

Importante:

- 1. Não se identifique; assine como Juiz substituto.
- 2. A resposta deve ser fundamentada, de modo que a mera referência a entendimento jurisprudencial ou doutrinário, sem justificativa específica, não pontuará.
- 3. A mera citação de artigo legal ou de resposta "sim" ou "não", desacompanhada da devida justificativa, não garante a pontuação na questão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARA	FGV CONHECIMENTO
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	

121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 141 142	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	FGV CONHECIMENTO
112 113 114 115 116 117 118 119 119 110 110 111 111 112 112 112 113 114 115 117 118 119 119 119 119 119 119 119 119 119	111	
113 114 115 116 117 118 119 120 120 121 121 122 123 124 125 125 126 127 128 129 130 131 131 131 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 130 139 130 131 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 130 130 131 131 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 130 130 131 131 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 140 141 141 142 142 143		
114 115 116 117 118 119 120 121 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 138 139 139 139 139 139 139 139 139 139 139		
115 116 117 118 119 120 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143		
116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141		
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 141 142 143		
118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142		
119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 141 142 143		
1120 1121 1122 1123 1124 1125 1126 1127 1128 1129 1130 1131 1132 1133 1134 1135 1136 1137 1138 1139 1140 1141 1142 1143		
121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142		
1122 1123 1124 1125 1126 1127 1128 1129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 141 142		
123 124 125 126 127 128 129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142		
124 125 126 127 128 129 130 131 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142	122	
125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142	123	
126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 141 142 142 143	124	
127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 141 142 143	125	
128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144	126	
128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144	127	
130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 141 142 143	128	
131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144	129	
131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144	130	
132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144	131	
134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144	132	
134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144		
135 136 137 138 139 140 141 142 143 144	134	
136 137 138 139 140 141 142 143 144	135	
137 138 139 140 141 142 143 144	136	
138 139 140 141 142 143 144	137	
139 140 141 142 143 144	138	
140 141 142 143 144	139	
141 142 	140	
143 	141	
143 	 142	
144		
	 145	
	146	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	FGV CONHECIMENTO
147	
148	
149	
150	
151	
152	
153	
154	
155	
156	
157	
158	
159	
160	
161	
162	
163	
164	
165	
166	
167	
168	
169	
170	
171	
172	
173	
174	
175	
176	
177	
178	
179	
180	

Realização

